

Realidade e Espirito do Brasil Republicano

Pelo Dr. RIBEIRO COUTO

(Da Academia Brasileira de Letras)

Em tradução holandesa do prof. M. de Jong, estas notas foram publicadas pelo *Nieuwe Rotterdamsche Courant* por ocasião do meio centenário do regime republicano brasileiro. Simples notas, com efeito, escritas a pedido e com a intenção de informar brevemente um público que pouco sabe da evolução social do Brasil.

I

Não será demasiado dizer-se que em 1888, quando a princesa Isabel, (ocupando a regência durante uma viagem de D. Pedro II à Europa, em tratamento de saúde) assinou a lei que libertava os escravos sem qualquer indenização aos proprietários, já a Monarquia estava condenada. Faltava-lhe o apóio dos velhos senhores da terra, assim como da mocidade intelectual. Desde o manifesto publicado em 1870, a propaganda republicana crescia tanto entre os civis como entre os militares. O movimento civil tinha sua sede nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais; o militar, na própria Escola de Guerra, onde um notável professor de matemática, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, educava os cadetes nas idéias filosóficas do positivismo e no ideal revolucionário da república. Ocorre também que nas fileiras dos partidos anárquicos acentuava-se então uma corrente favorável à descentralização do poder. As vinte e uma províncias do Império estavam sujeitas ao executivo central, que lhes nomeava os governadores, tantas vezes estranhos aos problemas e às necessidades locais. "Federação com ou sem monarquia", era o lema da bandeira desfraldada por um dos homens mais ilustres do Império e cuja longa vida iria depois

projetar-se na república, tomando parte com extraordinário brilho na conferência de paz em Haia, em 1907: o conselheiro Ruy Barbosa. À mesma corrente pertencia outra grande individualidade do antigo regime, o vitorioso campeão do anti-escravagismo, o encantador Joaquim Nabuco, mais tarde, na república, ministro em Londres e primeiro embaixador do Brasil em Washington.

Ao Exército, descontente com o gabinete do Visconde de Ouro Preto, coube dar no Rio de Janeiro o golpe de 15 de Novembro de 1889. Não obstante a surpresa que provocou no resto do País a insurreição chefiada pelo general Deodoro da Fonseca (pois as enormes distâncias geográficas nunca permitiram, no Brasil, uma coordenação perfeita de atividades revolucionárias), o fato é que o povo já estava mais ou menos certo de que a monarquia tinha vida para pouco tempo. Ao Imperador faltava um filho varão. Enfermo, ausentava-se por largos períodos, deixando à frente do Estado a princesa, casada com um neto de Luiz Felipe, o Conde d'Eu. A princesa era amada pelo povo. No entanto, o terceiro reinado afigurava-se pouco simpático, de vez que o novo imperador, praticamente, seria o francês. Por maiores serviços que tivesse prestado à nação o digníssimo Conde d'Eu, inclusive na guerra contra o Paraguái, êle nunca pode ser popular. Assim, tôdas as circunstâncias — políticas, econômicas e até dinásticas — haviam condenado o regime, antes mesmo de 1888. Se no ano seguinte o ajuste de contas entre o chefe do Exército e o gabinete do visconde de Ouro Preto não se tivesse transformado, de improviso, em levante republicano triunfal, a queda da monarquia seria inevitavelmente para muito breve. Só a existência de um príncipe brasileiro, moço e esclarecido, capaz de formar dedicações em tórno da sua pessoa, teria tornado possível o terceiro reinado. Esse príncipe, aliás, tivemô-lo em D. Luiz de Bragança, o segundo filho do Conde d'Eu. Porém, exilado do Brasil com seu augusto avô em 1889, ainda menino, só mais tarde, na adolescência amadurecida pelo estudo e pela vocação de reinar, é que sua luminosa personalidade se revelaria. Já então a restauração era inadmissível. A monarquia estava bem morta.

na direção de São Paulo. Daí por diante, a vida imperial brasileira passa a ser cada vez mais o café, como a vida colonial fôra quasi sempre o açúcar.

Animados pelo exemplo agrícola do vale do Paraíba, os paulistas souberam então lançar (quinze a vinte anos antes da abolição e da república) as bases de uma lavoura cafeeira trabalhada pelo braço livre, do colono estrangeiro, em contraoposição à lavoura fluminense, que continuou tradicionalmente repousando no braço do negro escravô. Os frutos dessa previdência não tardaram. Apenas a província de São Paulo resistiu sem dificuldades ao abalo de 1888, sendo o único território cafeeiro em que a falência de proprietários rurais não arrastou na mesma ruína a vida urbana.

Passado o período do tateamento, o período pròpriamente revolucionário do novo regime, com as presidências militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, iniciaram-se em 1894 as presidências civis, cabendo a herança da nação, ainda inquieta e perturbada, precisamente ao chefe do partido republicano de S. Paulo, Prudente de Moraes. A êsse presidente paulista (1894-1898) sucederam outros dois paulistas, Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Nativos daquela região prolífera onde mesmo durante o Império se instalara a "civilização republicana do café", isto é, onde a visão prática dos seus homens substituirá o resignado trabalho dos cativos pelo trabalho de homens livres e ambiciosos, êsses três primeiros presidentes civis trouxeram para a administração nacional uma mentalidade construtora. Eram lavradores adiantados e experientes, habituados a considerar os negócios como um elemento de expansão social. Ousaram levar avante as reformas necessárias, sacudindo uma nação habituada à sonolência dos projetos indefinidos.

Sem dúvida, foi a descentralização do poder a causa principal do impulso que tomou então o Brasil. As vinte e uma províncias passaram a ser vinte e um Estados autônomos. Os que tinham recursos, possibilidades, capacidade de produção, puderam atender aos seus problemas através de govêrnos por

O Império, aliás, cometera o êrro de não criar uma nobreza hereditária, sem a qual nenhum trono terá raízes no povo. Os títulos outorgados pela Corôa não se transmitiam à descendência. Espalhada por um território vastíssimo e sem comunicações fáceis com a Côrte, nossa nobreza nunca chegou a constituir um esteio do trono. Não representava uma "classe". As baronias e viscondados emprestavam luzimento às famílias, mas não formavam linhagens privilegiadas e permanentes, em articulação fiel com o serviço do soberano. A família reinante, de resto, tinha hábitos tão simples, que jámais deu ao povo o sentimento espetacular de um verdadeiro Império.

II

As instituições republicanas, consolidadas nas primeiras leis do govêrno provisório e finalmente na Constituição de 1891, não teriam o condão de transformar logo os desertos em searas e os pequenos portos sujos em metrópoles de comércio intenso. Não se lhes pode negar, no entanto, uma influência imediata e decisiva no clima de atividades em que passou a respirar o País depois da queda da monarquia. Houve um desafôgo de energias represadas.

Ao apreciar a evolução econômica do Brasil no século XIX e XX, uma das nossas mais agudas inteligências, o jovem pensador Afonso Arinos de Melo Franco, distingue o "fenômeno imperial do café" da "civilização republicana do café". Se no Império é que essa cultura exótica fez a sua entrada na vida nacional, foi só no regime novo que ela pôde desenvolver tôdas as suas fôrças civilizadoras. Com efeito, a partir dos meados do século XIX a riqueza açucareira do Norte cedeu o passo à lavoura cafeeira, implantada no Sul, no vale do Paraíba, nas imediações do Rio de Janeiro. A economia nacional mudou de "eixo". Como consequência imediata, abriu-se a primeira grande estrada de rodagem de penetração econômica progressiva (Rio de Janeiro-Minas Gerais) e criou-se a primeira estrada de ferro (Rio de Janeiro-Petrópolis), estrada de ferro logo seguida de outra, ao longo do rio Paraíba,

es próprios escolhidos e não mais de delegados do remoto
der da Côrte.

Infelizmente a Constituição de 1891 não corrigiu a de-
tuosa divisão territorial das antigas províncias. Estas eram,
almente, demasiado desiguais como território, população e
ntes econômicas, tendo isso ainda raízes históricas nas pri-
tivas capitanias da colônia. Amazonas, com quasi.
000.000 de quilômetros quadrados, não tinha 150.000 ha-
tantes; Mato Grosso, com 1.500.000 quilômetros quadrados,
o chegava a contar 100.000 habitantes. Ao lado dêsses
rritórios imensos, a carta de 1891 conservou os limites de
tados relativamente insignificantes, como Sergipe, com dois
r cento apenas da superfície do Amazonas. Não se levou
a conta, para a constituição dos Estados, o caráter demo-
ráfico, geográfico e econômico de cada região. Por exem-
o, não se deu um porto de mar à maior província do Sul,
o mesmo tempo a mais populosa, ao mesmo tempo a mais rica
e minérios e de pastagens, Minas Gerais, embora o oceano
vesse a poucas dezenas de quilômetros de qualquer ponto
s suas fronteiras orientais. Parece (é uma questão que não
m a pêlo esclarecer aqui) "que razões tanto sentimentais
mo políticas induziram algumas figuras influentes no Norte
a pleitear a conservação dos limites provinciais, o que foi
eito sem relutância pelos filhos das províncias do Sul, de
pulação mais densa, de vez que isso representava a con-
uidade de uma situação privilegiada. Com o correr dos
os, as desigualdades agravaram-se, de modo que ao surto
ricola e industrial de certas regiões se contrapõe agora a
déstia de outras, o que não impede que sejam estas, mui-
vezes, as que fornecem o maior número de pensadores, de
tistas e de escritores de imaginação. A família federativa
ileira, dessa arte, está hoje formada por "Estados ricos"
"Estados pobres", o que não pode ser corrigido de pronto,
e pode ser atenuado, sob certos aspectos, por uma redivi-
territorial. Seria desejável que onde há excesso de su-
fícies virgens, ou escassamente povoadas, sem transportes
em meios próprios de exploração, fôsem criados "territó-
de administração federal" (como é o Acre), reservando-

-se a organização de "Estados autônomos" para as zonas especialmente aparelhadas, dando-se a estas maior uniformidade de proporções geográficas, demográficas e econômicas.

Não obstante, pois, algumas falhas do regime federal (que por vezes fizeram nascer vícios de funcionamento político), foi êsse regime o propulsor incontestável do desenvolvimento nacional neste meio século. Se êle trouxe pouca ou nenhuma vantagem para os Estados de recursos insuficientes ou de exploração difícil, foi excelente para os demais. Cada qual instalou a sua vida própria, o seu govêrno, a sua magistratura, o seu aparelho de produção e comércio, conforme meios ou as ambições de cada população regional. A "civilização republicana do café" estendeu-se pelas florestas de São Paulo, de Minas Gerais, do Espirito Santo, da Baía, do Paraná, do Estado do Rio de Janeiro e de Goiaz. O Norte desenvolveu riquezas que até então eram elementos decorativos do solo, como a castanha e os côcos. O algodão, filho dileto do clima do Nordeste, estendeu-se pelo Sul. No mais meridional dos Estados, o Rio Grande, multiplicaram-se atividades (arroz, trigo, vinho, carnes) que na monarquia não haviam passado de um simples esbôço de produção.

III

O Império fôra romântico. Os homens de Estado que desde a Independência (1822) desempenharam um papel de relêvo na vida pública, pairavam quasi todos numa atmosfera de cogitações abstratas, doutrinárias, sem contacto pessoal com a realidade; tanto mais que, devido talvez à organização clássica do trabalho (os negros tocando a lavoura e os portugueses fazendo o comércio), os brasileiros sempre foram pouco propensos aos "negócios", não os considerando nem como nobre plano da ação política, intelectual ou administrativa. Como uma escada a que faltassem degraus, havia uma exagerada distância entre a massa popular e as classes superiores, compostas de aristocratas rurais, de funcionários públicos, de políticos, de professores, de padres e de magistrados. Não tinha o Brasil uma "classe média", uma verdade

burguesia no sentido europeu, elemento que foi sempre a força de equilíbrio nas democracias do século.

Não admira, assim, que apesar do surto de progresso verificado nos Estados Unidos da América por volta de 1850, o Brasil, aliás com recursos mais limitados, continuasse no hemisfério sul a marchar lentamente, como que não contagiado pela febre de enriquecimento que ia pelo hemisfério norte. A razão não está inteiramente no caráter especial dos nossos problemas demográficos, climáticos, geográficos e financeiros; está também, e por grande parte, na psicologia do regime imperial. A monarquia brasileira tinha uma fachada brilhante, com poetas à grega, juristas à romana, parlamentares à inglesa, filósofos e políticos à francesa; no entanto, por trás dela não se constituíram nunca os indispensáveis grupos de chefes de empresas comerciais e de pioneiros da exploração econômica. Em vão o sociólogo Tavares Bastos (que a si mesmo se chamou de "solitário") clamava pela solução de problemas práticos. A introdução do maquinismo e das novas idéias da era industrial se fazia com vagar, e cautela, vencendo os preconceitos de uma estrutura social primitiva. A administração, que D. Pedro II acompanhava de perto, minuciosamente, olhava com desconfiança os planos "arriscados" do gênio industrial do tempo, Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá. Por volta de 1860, esse precursor da civilização material do País já havia concebido e procurado executar os mais lúcidos projetos de aproveitamento da riqueza brasileira: navegação do rio Amazonas, construção de estradas de ferro, fundação de usinas de gás, criação de bancos, organização em vastas proporções da indústria pastoril nos campos meridionais. Ora, D. Pedro II nunca venceu o receio que lhe provocavam as iniciativas de Mauá, demasiado "yankee" para os quadros provincianos do reinado.

"Très épris de progrès moral", escreveu Oliveira Lima, D. Pedro II était moins fervent à l'égard du progrès matériel. La décision des grands hommes d'État manquait à ce caractère. D. Pedro II aimait laisser au temps le soin de résoudre les problèmes majeurs du gouvernement, plutôt que de

les trancher par son initiative personnelle. Son attitude favorite était celle de l'impulsion théorique, retardée par la résistance pratique". Para se dar uma idéia do espírito dominante na administração do reinado, espírito que era o próprio Imperador (mais amigo de ler textos hebráicos no original do que de fundar o crédito agrícola), basta ler a "fé de ofício" que o monarca exilado compôs em Cannes em 1891 e vem publicada, conforme êle as ditou ao Conde da Motta Maia, no primeiro volume das "Minhas memórias dos outros", de Rodrigo Octávio. Enumera as questões que "estudou", os problemas de que "cogitou", as assuntos por que "se interessou", mas não passa dessas reminiscências de homem de gabinete, como se para construir um mundo houvesse, durante a vida inteira, empunhado uma caneta. Quando se refere a fatos concretos é para descer a pormenores insignificantes, de pequeno funcionário: "Meu dia todo era ocupado no serviço público", "Nunca deixei de ouvir e falar com quem quer que seja", "Lia todos os jornais", etc.. A propósito de educação cívica, diz isto: "Trabalhei muito para que só votasse quem soubesse ler e escrever, o que supõe riqueza moral e intelectual, isto é, a única". Por sua própria confissão, pois, a única riqueza de importância é a intelectual e moral (saber ler e escrever, aliás, não equivale forçosamente a tanto), desanimador ponto de vista de um soberano que reinou cêrca de meio século num país de inexploradas minas de ferro, de ouro, de prata e de chumbo. Satisfeito de representar o seu papel de imperador literário, D. Pedro II considerava a "trop grande affluence d'émigrants" (escreve ainda Oliveira Lima) "plutôt comme un mal à éviter", imaginando que era impraticável a assimilação de raças e de línguas. Enquanto se correspondia com Pasteur e Victor Hugo, ou enquanto viajava em companhia de Gobineau para ir visitar Wagner, deixava dormir as florestas de carnaúba. No entanto, até mesmo nos assuntos de arte, que o monarca prezava sinceramente, seu indeciso espírito não tinha a fôrça viril de executar projetos, como se vê destas linhas, um tanto ingênuas, do aludido documento auto-biográfico: "Sempre gos

tei muito de teatro, dramático e lírico, **cogitando sempre** na idéia de um teatro nacional”.

IV

A república, antes de mais nada, teve de destruir essa mentalidade teórica e prudente, sem ambições de largueza ou de ação, de que o segundo reinado impregnara o gigantesco e inerte organismo do país. Abriu desde logo o território à iniciativa do homem de negócio da Europa e dos Estados Unidos da América, provocando o afluxo de capitais. Procurou chamar imediatamente ao Brasil grandes massas imigratórias, tirando a lavoura do estado de choque em que ainda se encontrava por efeito da abolição. Iniciou conscientemente uma nova era econômica. Certos detalhes, a tal respeito, são expressivos. Até então o país só comia queijo e manteiga que vinham do estrangeiro, não obstante a existência de pastagens fartas e a possibilidade de rebanhos produtivos; todos os vinhos, a batata e até mesmo o arroz eram de fora (êste último da América do Norte e das Índias). Tomates, espargos e saladas eram alimentos de luxo, para mesas finas, cultivados nalgumas hortas de subúrbio. Desde o tempo da Colômbia que as lavouras de exportação absorviam todos os braços, de modo que o país não tinha o hábito dos alimentos frescos, influenciando isso na saúde e no tipo da população. A não ter de tecidos grosseiros, o Brasil não tinha fábricas de fiação, como não as tinha de calçados, de chapéus, de louça, de cenenas de artigos para os quais a matéria prima e os mercados internos abundavam. (As exceções de iniciativa industrial não tiram à regra o seu valor demonstrativo. Em “Sobrados e Mocambos” Gilberto Freyre oferece a tal respeito uma pitoresca e saborosa documentação). A persistência desses êrres e dessa mentalidade é que dava aos viajantes estrangeiros a impressão de que a nação era fraca e pouco viável, vegetando mais ou menos na miséria entre esplendores superbiais da natureza.

O regime republicano atacou com energia não só os problemas econômicos, como também os do campo social. Antes de mais nada, a higiene pública. A picareta derrubou quar-

teirões inteiros da capital e de outras cidades. Fundaram-se institutos científicos. Desapareceram as epidemias. Organizaram-se linhas de navegação costeira cujo papel, se foi principalmente desenvolver a troca de produtos, contribuiu não menos para ventilar as populações, aproximá-las, estabelecer correntes de conhecimento interno, dando maior unidade moral à nação. Estradas de ferro partiram do litoral para o sertão, bastando citar a que ligou o porto de Santos a Mato Grosso, viagem que no Império era feita por água (mais longa que a viagem à Europa), dando-se então a volta pelo rio da Prata e subindo-se o rio Paraguai até Corumbá. Criou-se, em suma, toda uma estrutura material e cultural de proporções consideráveis, do mesmo passo que a população crescia num ritmo raramente atingido por outros países:

População do Brasil em

1890	1900	1920	1935
14.333.000	17.318.000	30.635.000	41.560.000

Não se pode atribuir exclusivamente à imigração estrangeira esse crescimento, porquanto ela foi quasi nula no Norte, onde o clima é quente e só os portugueses, nossos melhores colonos, costumam suportá-lo bem. Os Estados septentrionais acompanharam o ritmo demográfico dos do Sul:

Populações de alguns Estados do Norte

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Porcento do aumento
Pará	328.455	1.499.213	1.170.758	356%
Ceará. . . .	805.687	1.650.991	845.304	105%
Paraíba . . .	457.232	1.637.172	1.179.940	258%
Pernambuco	1.030.224	2.949.634	1.919.410	186%
Alagoas . . .	511.440	1.205.204	693.764	136%
Baía	1.919.802	4.203.033	2.283.231	119%

População de alguns Estados do Sul

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Porcento do aumento
Rio.	886.884	2.038.943	1.152.059	130%
S. Paulo . . .	1.384.753	6.634.389	5.249.636	379%
M. Gerais . .	3.184.099	7.583.673	4.399.574	138%
Paraná . . .	249.491	1.014.177	764.868	306%
S. Catarina	283.769	986.855	703.086	249%
Rio Grande	897.455	3.052.009	2.154.554	241%

De 1886 (três anos antes da queda do Império) a 1935, no espaço de quasi meio século, as principais entradas de colonos estrangeiros no Brasil, por ordem de importância, foram as seguintes:

Italianos	1.373.702	Rumenos	38.626
Portugueses	1.149.502	Franceses	30.278
Espanhóis	578.087	Lituanos	28.334
Japoneses	173.998	Sírios e libaneses	24.673
Alemães	145.887	Iugoeslavos	22.668
Russos	107.297	Inglezes	20.840
Austriacos	83.706	Norte-americanos	11.027
Turcos	79.177	Suiços	9.197
Poloneses	42.258	Holandeses	7.503

Ao todo, com a inclusão das pequenas parcelas de outras nacionalidades, tivemos no Brasil uma entrada de 4.010.915 colonos estrangeiros naqueles 49 anos.

Interessante será também indicar o crescimento das cidades, bastando o exemplo de algumas capitais. As do Nordeste por vezes índices mais elevados que as do Sul, não obstante a perda constante, sofrida pelos Estados septentrionais, por correntes emigratórias internas, de caboclos nordestinos, ora em demanda do interior do Amazonas, ora em demanda do interior de Mato Grosso e São Paulo, principalmente após grandes sêcas periódicas.

População de algumas capitais do Norte

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Percent.do aumento
Belém	50.064	296.036	245.972	491%
Fortaleza	40.902	143.277	102.375	250%
Natal	18.645	101.280	82.635	442%
Recife	116.556	472.764	356.093	305%
Joazeiro	31.498	129.105	97.607	309%
Salvador	174.412	363.726	189.314	108%

População de algumas capitais do Sul

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Percent.do aumento
Rio de Janeiro	522.651	1.711.466	1.188.815	227%
Pernambuco	34.269	125.247	90.976	265%
São Paulo	64.934	1.120.405	1.055.471	1.625%
Montevideo	24.553	116.632	92.079	335%
Porto Alegre	52.421	321.628	269.207	513%

V

Poderá objetar-se: nem tudo isso foi obra da república mas obra do tempo.

A objeção seria gratuita. O século XX ofereceu ao Brasil possibilidades de desenvolvimento muito mais variadas como por exemplo as necessidades crescentes dos mercados estrangeiros, a técnica, os inventos científicos e suas aplicações industriais, a expansão emigratória de povos europeus etc.. No entanto, o Império alcançou o meio século que antecedeu a essa era, que a preparou, que lhe deu fisionomia. O Império foi um contemporâneo conformado e inativo do prodigioso salto que deram os Estados Unidos da América depois de 1850. Fôrça é concluir, portanto, que sem o dinamismo dos homens novos e o espírito favorável das nossas instituições republicanas, não seria possível ao Brasil apresentar, como já apresentava uns vinte anos mais tarde, as profundas modificações da sua estrutura social e econômica. A uma vida imperial fora da realidade, quando certos homens de posição só saíam à rua, em pleno verão tropical, de sobrecasaca preta e cartola, a república opôs uma sensibilidade jovem, o senso do ambiente e a consciência dos problemas objetivos.

À república se deve, desde os primeiros anos, a exploração sistemática de extensas zonas do "hinterland" (sobretudo em Mato Grosso e no Amazonas), que figuravam nos mapas da monarquia como regiões desconhecidas, na posse de indígenas fabulosos, que ninguém vira. O campeão dessa obra da ciência, de bravura pessoal e de humanidade foi um oficial do Exército, êle próprio descendente de índios, o general Rondon. Além do que realizou como explorador, soube criar em tôrno de si tôda uma geração de géógrafos e naturalistas, em cujo número se encontra o eminente Roquette Pinto, contrutor da moderna antropologia brasileira.

A propósito da exploração científica dos sertões, obra de militares republicanos, é oportuno dizer também que poucos exércitos do mundo poderão oferecer o exemplo, como o do Brasil, de uma oficialidade em que predominam com tanta insistência duas preocupações de ordem igualmente intelec-

tual: a filosofia e as ciências físico-naturais. Não é muito sabido no estrangeiro que o positivismo de Augusto Comte encontrou nas nossas classes armadas um terreno singularmente propício, fazendo nascer um cristalino curso de água paralelo ao grande rio da nossa fé católica. Ao par dos mais ardentes adeptos do positivismo comtiano entre nós, as fileiras do Exército forneceram no período republicano alguns dos nossos mais notáveis engenheiros, geólogos e etnólogos, bastando citar ainda Euclides da Cunha, o mais vigoroso escritor do Brasil moderno, autor de "Os Sertões", livro que foi o ponto de partida para todo um movimento de estudioso contacto com a "realidade brasileira". Dedicando-se apaixonadamente à penetração militar e científica das selvas, o Exército fundou o serviço de "defesa aos índios", que tem por objetivo conhecê-los, protegê-los e incorporá-los à sociedade civilizada, obra na qual os oficiais brasileiros cooperam com as missões religiosas espalhadas pelo alto sertão do Amazonas, do Pará, do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso.

Convém finalmente recordar que a república, separando a Igreja do Estado, restituiu ao tradicional catolicismo do país a sua função de poder espiritual espontâneo, separação cujos efeitos benéficos ainda há pouco foi celebrada no concílio episcopal do Rio de Janeiro pela palavra do Cardeal Dom Sebastião Leme e do Arcebispo Dom Aquino Corrêa. O positivismo das influentes camadas intelectuais do Exército nunca impediu, mesmo na época da fundação da república, que a fé romana continuasse a exercer no Brasil a sua missão histórica, sabido como é que às ordens religiosas (sobretudo aos jesuítas, beneditinos, franciscanos e dominicanos) devemos a primeira estrutura da sociedade nacional.

A respeito dêste estudo do eminente acadêmico RIBEIRO COUTO, que temos a preferência de transcrever, enviou o general KLINGER ao autor a seguinte nota:

"Opina o Sr., comsoante julgamento jeneralizado, ce o comtizmo fez naser em nósas forsas armadas "cristalino curso de água paralêlo ao grande rio da nosa fé catôlica". A ese respeito dezejo submeter a seu provecto ezame uma apresiação diferente aserca dese interessante fenômeno particular brasileiro. Não é minha, maz inclino-me por éla.

E' ce os does distintos aspectos da escôla comteana, o pozitivismo relijiozo e a filozofia positivista, entre nós se estremaram.

O apostolado positivista brasileiro, mao grado-a dedicacão preferensial de sua nôbre atividade, sistemática, operozisima, ao aspecto relijiozo, alcamsou apenas projecção relativamente pecena. Cristalino "olho d'água", não xegou a formar curso. Considerava o apostolado, problema fundamental a relijião, e pela respectiva pregasão vizava bazear sólidamente a superior orientasão, e primsipalmente a simseridade, daceles ce viêsem abeberar-se á sua fonte.

Opina-se, até, ce ésa asentuada, esprêsa preferensia pela doutrinasão relijiôza foe a caoza de não colher o pozitivismo entre nós maes dilatado sírculo de adêptos entre a consideravel masa daceles ce atraía a sedutora comstrusão lójica da siemsia positiva de COMTE.

Explica-se fásilmente ésa como imstintiva rezistensia á conversão relijiôza, pela profundeza subterrânea das águas do "grande rio da nosa fé catôlica".

Acresenta-se, mezmo, ce foe grande erro do apostolado positivista brasileiro o de aver descurado da sistematizada atividade política, mórmente dado o grande efeito ce teria tido no esclarecimento das masas quanto ás nesesárias reparasões de órden sosial. Resalta ese erro em fase da enórme contribuisão positivista para a propaganda republicana, segida de vastisima interferensia orientadora e esclarecedora na implantasão do rejime republicano. Erro, no seu próprio ponto de vista de propaganda doutrinária e da respectiva finalidade prática, a produsão de benefisios para a nasão.

Foe a falta da creasão de uma espêcie de partido político, cuando o BRAZIL febrisitava sob verdadeira endemia de sivismoz; partido ce representase instrumento ecivalente aos outros partidos, ce se asenhoreavam da opinião e do eleitorado; instrumento ce maes ao ar livre lampejase as idéas políticas positivistas, pondo-as ao alcarse da grande masa, muinto imstintiva, maz muinto perspicaz em lobrigar seus benefisios; partido espesialmente oportuno poes ce a grande vóga éra a democracia, e sob sua bandeira medrava ezuberante a demagogia. Oje em dia bem se pôde avaliar a estemsão do lucro sesante ce de semelhante abstemsão decorreu para o comtizmo e em jeral para o BRAZIL, sómente contemplando as maes modérnas comcistas sosiaes. Resalta, por ezemplo, quanto éra sólido e xeio de vitalidade o ponto capital da "emcorporasão do proletariado á sosiedade". (*)

Rio, 17-9-1940.

JENERAL KLINGER

(*) Respeitamos a ortografia do autor.